

Ceplac está salva e Abreu é derrotado

BRASÍLIA - O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, teve ontem sua primeira derrota na luta para reduzir as despesas da União quando tomou conhecimento da decisão do presidente Sarney, que ao atender os apelos do ministro da Agricultura, Íris Resende, determinou a retirada da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) dos cortes orçamentários para o próximo ano. Mesmo assim, o Ministério da Agricultura reivindicava para seus investimentos Czs 213,8 bilhões e vai receber apenas Czs 35 bilhões, ou 16,37% do pedido.

O secretário-geral adjunto do Ministério da Agricultura, Benedito Rosa, já havia tentado negociar alguns cortes, mas desistiu porque "o pessoal técnico da Secretaria de Orçamento e Finanças da Seplan estava irredutível". A montagem do orçamento foi feita com base em valores de 1988, corrigidos com os preços de junho deste ano, mais 7%, e, então, retirados os repasses dos estados e municípios. Na Agricultura, os cortes mais significativos ocorreram na eletrificação rural, armazenagem, pesquisa agropecuária, extensão rural e fomento à produção e defesa agropecuária, num total de Czs 129,3 bilhões.

FESTA E CRÍTICAS

Imediatamente, a decisão do presidente Sarney repercutiu na sede da Ceplac, onde os funcionários fizeram uma festa. O órgão vai receber cerca de Czs 2,8 bilhões, dinheiro suficiente para compor o Fundo Geral do Cacau e garantir a sua sobrevivência. Na sua investida junto ao presidente Sarney, Íris Resende contou com a influência de três baianos: o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, o da Habitação, Prisco Viana, e o deputado Carlos Sant'Anna.

A mesma sorte não teve o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), que deverá ser extinto mesmo. Mas nem isso impediu ontem uma cerimônia de entrega de medalhas. Compareceram os maiores credores dos pequenos empresários, o presidente do Banco do Brasil, Mário Berard, e o presidente da Caixa Econômica Federal, Maurício Viotti. A cerimônia foi recheada de críticas à extinção do órgão.

ESTADO DE S. PAULO

24 AGO 1988